



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1011309-60.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais**
Requerente: **Eliandro Pinto das Neves**
Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

A ação é improcedente.

O art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo dispõe:

“Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo, por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem com a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no artigo 115, XVI, desta Constituição.”

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, Lei 10.261, de 28 de outubro de 1968 dispõe:

“Art. 127. O funcionário terá direito, após cada período de 5 (cinco) anos, contínuos, ou não, à percepção de adicional por tempo de serviço, calculado à razão de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento ou remuneração, a que se incorpora para todos os efeitos.”

No que tange ao adicional de insalubridade, constitui



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

remuneração paga mensalmente ao trabalhador como forma de compensar o labor exercido em condições nocivas à sua saúde, com exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos. Este somente é pago enquanto a mencionada condição perdurar. Evidente, pois, que se trata de verba eventual, o que impede a inclusão na base de cálculo do quinquênio.

Nesse sentido:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL POLICIAL MILITAR- QUINQUÊNIO BASE
DE CÁLCULO VENCIMENTOS INTEGRAIS, SALVO VANTAGENS
EVENTUAIS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EXCLUSÃO
LEGITIMIDADE AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. 1. O adicional por tempo de
serviço incide não apenas sobre o padrão do cargo, mas também sobre as demais
parcelas componentes dos vencimentos, entendendo-se por vencimentos integrais o
padrão mais as vantagens efetivamente recebidas, salvo as eventuais. Inteligência
do art. 129 CE. 2. O Adicional de Insalubridade não integra a base de cálculo do
quinquênio por se tratar de vantagem de natureza eventual. Exclusão legítima.
Ausência de ilegalidade. Sentença reformada. Pedido improcedente. Recurso
provido" (APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 1045243-63.2015.8.26.0053
 – Rel. Décio Notarangeli).

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios,
 ao teor do artigo 55 da Lei 9.099/95.

P.R.I.

Araraquara, 24 de outubro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA